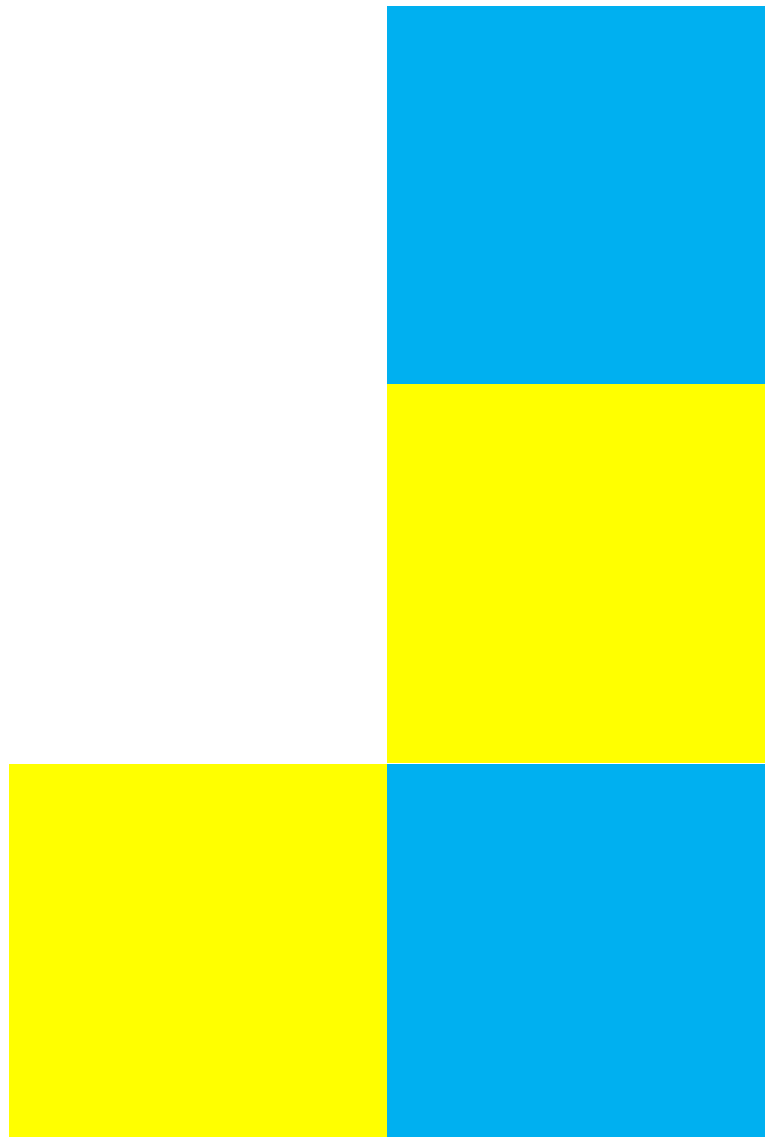


Macondo e a pulsão de morte: A transformação da violência na Colômbia

Sebastián Ronderos

Doutorando em Ideologia e Análise do Discurso na Universidade de Essex e pesquisador do Centro de Ideologia e Análise do Discurso (cIDA) em Colchester, Reino Unido.

Tradução de Vladimir Sibylla



Este artigo explora o significado dos acordos de paz colombianos alcançados pelo governo de Juan Manuel Santos e pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP), em 24 de novembro de 2016, à luz de uma mudança significativa no conflito armado nacional e a disputa territorial. Como tal, este artigo conduz uma exposição crítica do conflito armado na Colômbia, aprofundando o debate em torno da recente desmobilização e desarmamento da (ex)guerrilha e seu significado em relação às atuais dinâmicas da violência no chamado "pós-conflito".

Gabriel García Márquez recordava, em uma entrevista, que sempre teve o desejo de escrever um livro em que tudo se sucedesse, uma história que pudesse conter tantas outras e desvelar, desta forma, nossas próprias entranhas. Imaginava então o relato fixo em uma casa, como hipérbole cotidiana de uma história esquecida, condenada a sua cíclica e interminável repetição. Tal casa, anos mais tarde, acolheria o nome de Macondo e daria lugar a um compêndio fantástico de nossas mais humanas contradições.

Inspirando-se nas guerras civis do século XIX e na intensificação da violência bipartidista (entre liberais e conservadores) por trás do assassinato de Jorge Eliécer Gaitán¹ (1948), García Márquez traçou o esgotamento sem fim de uma violência que resistia a morrer por não conhecer mais que a si mesma. Após cada esforço por apaziguar as paixões e promover uma esperada reconciliação, uma nova revolta se anunciava.

Dez dias depois de um comunicado conjunto do governo e da oposição anunciando o término da guerra, tiveram-se notícias do primeiro levante armado do coronel Aureliano Buendía na fronteira ocidental. Suas forças escassas e mal armadas foram dispersadas em menos de uma semana. Porém, no curso desse ano, enquanto liberais e conservadores tratavam de que o país acreditasse na reconciliação, tentou outras sete revoltas (MÁRQUEZ, 1967, p.61).

Sempre ficava um dissabor que desencadeava novas lutas, uma pulsão latente, como o fósforo e a pólvora, Macondo mantinha as condições necessárias para crispar a

¹ N.T.: Político e advogado colombiano que, na década de 1940, liderou um movimento de grande respaldo popular reivindicando participação política e distribuição econômica. Candidato do Partido Liberal à presidência da República para o período 1950-1954, foi assassinado no dia 9 de abril de 1948, no centro de Bogotá. Seu assassino, Roa Sierra, foi linchado pela multidão. A onda de protestos que se seguiu ficou conhecida como *El Bogotazo*.

fogueira. Depois de trinta e duas guerras civis (todas perdidas) e de assistir a morte de dezessete de seus primogênitos, o cansado e agredido Aureliano Buendía finalmente entendeu “que era mais fácil começar uma guerra do que terminá-la” (MÁRQUEZ, 1967, p. 71).

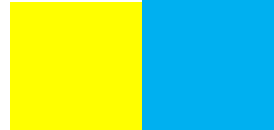
Assim, através de *Cem Anos de Solidão* (1967), García Márquez recriava a falida implementação da “paz negociada” entre o general Gustavo Rojas Pinilla² e as guerrilhas liberais, a mando de Guadalupe Salcedo³ (1953). Depois da anistia, não foram poucos os dissidentes assassinados, entre os quais o mesmo Guadalupe, minando a estabilidade dos acordos e criando as condições necessárias para o marco fundacional do conflito armado colombiano, na transformação das guerrilhas liberais.

Podia-se entrever, na reconstrução mágica da história, a preocupação de García Márquez em deslindar a lógica explicativa da reprodução da violência na Colômbia, marcada por um quadro continental de efervescência social, que estabelecia um fosso factual entre dois mundos opostos. Por um lado, a Cuba da Primeira Declaração de Havana, assinada a 20 de setembro de 1960, personificando a possibilidade de se alcançar, por meio da vontade popular, a “terra prometida”, finalmente palpável a partir do Caribe, e aparentemente reproduzível em todo o continente. Por outro, a Aliança para o Progresso, uma tentativa dos EUA para sufocar o exemplo do processo revolucionário e reafirmar o controle sobre seu “quintal”; no final das contas, o progresso para contestar o atraso.

As elites locais latino-americanas, no entanto, foram perdendo gradualmente o controle de sua liderança nacional e aumentaram inflexivelmente o uso de aparelhos estatais repressivos para exercer a sua dominação, muitas vezes patrocinando fraudes eleitorais e a eliminação física de adversários em sua reivindicação de um passado oblíquo. Tal conjuntura perpetuou as condições para as tentativas populares de tomada do poder em busca da emancipação, e os vários partidos comunistas em todo o continente

² N.T.: Presidente colombiano entre 13 de junho de 1953 e 10 de maio de 1957.

³ N.T.: Comandante de um dos grupos das guerrilhas liberais atuantes na região dos Llanos colombianos entre 1949 e 1953.



assumiram um papel categórico na organização de tais tentativas. Enquanto certos partidos comunistas optaram pela via armada, como na Venezuela e na Guatemala, outros mantiveram a luta pela via eleitoral, como no Chile ou na Argentina. O Partido Comunista Colombiano (PCC) optou por combinar os dois, buscando ações militares que complementaram as dinâmicas políticas empreendidas no campo social.

O PCC encontrou terreno fértil para tais desenvolvimentos após a resistência vitoriosa dos grupos de "autodefesa", que alinharam humildes forças agrárias no sudeste da Colômbia e estabeleceram o mito fundamental para a guerra de guerrilha após a "Operação Marquetalia". Os rebeldes, sob a liderança de Pedro Antonio Marín (nome de guerra Manuel Marulanda) e Luis Alberto Morantes Jaimes (nome de guerra Jacobo Arenas), reuniram as demandas dos despossuídos das áreas rurais e ocuparam as regiões de El Pato, El Duda e Guayabero (conjuntamente conhecidas como Marquetalia na gíria local). Em 27 de maio de 1964, 48 rebeldes foram encurralados por 16 mil soldados do exército colombiano, que lançaram uma série de bombardeios terrestres e aéreos na tentativa de erradicar os grupos de "autodefesa" e retomar o controle da área. O líder ideológico do grupo, Jacobo Arenas, descreveu os eventos como segue:

As Forças Armadas incendiaram 100 casas e confiscaram 100 quintas. Ocuparam as terras abertas da região, devoraram 100.000 aves e 10.000 cabeças de gado; prenderam 2000 camponeses; mataram mais de 200 e torturaram dezenas de pessoas. O prejuízo causado à região chega a 20 milhões de pesos. Conseguiram matar o guerrilheiro Luis Salgado em combate, Georgina de Ortiz por fogo aéreo e matar com bombas explosivas dezoito crianças refugiadas na selva. No entanto, a "operação" trouxe Marquetalia ao florescimento, pois provocou o mais formidável movimento nacional de solidariedade e inaugurou uma nova etapa das lutas revolucionárias na Colômbia. O movimento agrário de Marquetalia tornou-se guerrilheiro com um programa revolucionário, e hoje é muito mais forte e superior do que era antes da agressão (ARENAS, 1967, p. 28).

A partir desse dia, a luta colombiana não descansaria unicamente sobre uma lógica de autodefesa, mas proporcionaria ao movimento uma ideologia mais estruturada que unificaria os rebeldes sob a bandeira de uma guerrilha revolucionária.

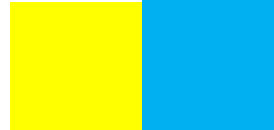
Embora *a combinação de todas as formas de luta* tenha sido estabelecida pelo PCC em 1964, as FARC foram formalmente instituídas na Segunda Conferência dos guerrilheiros, em 1966. García Márquez escrevia *Cem anos de Solidão* em uma espécie de interregno *gramsciano* da violência, no qual a guerra bipartidista resistia em morrer e a luta de classes demorava a nascer. Parecia indagar-se sobre as “negociações falidas” daquela “paz frustrada” de 1953 e sobre a aparição de novos sintomas mórbidos, como sinal inequívoco de uma nova mutação da violência política, a qual se instituíria formalmente quando o romance vencedor do Prémio Nobel de Márquez finalmente saía impresso.

Hoje a Colômbia enfrenta uma aporia. Foram dados passos históricos na finalização do conflito armado, promovendo espaços de democratização e possibilitando a participação (ainda que ínfima) de novos atores nas instituições. No entanto, a falta de implementação e a ausência (crescente) do caráter social no Estado não apenas resultam na persistência das causas subjacentes do conflito armado, mas também abrem um vazio de autoridade territorial, contribuindo para uma reestruturação de diversos atores armados.

Um ponto de partida

Seria um despropósito procurar aqui a reconstrução total (ou, ainda, parcial) da transição da violência em cada uma de suas etapas. Indagamos o significado dos acordos de paz entre o governo Santos⁴ e as FARC, em 24 de novembro de 2016, com o intuito de compreender sua incidência sobre as atuais dinâmicas de disputa territorial por atores armados. Em tal propósito, buscaremos, inicialmente, reconstruir certos elementos

⁴ N.T.: Juan Manuel Santos Calderón, presidente da Colômbia entre 2010 e 2018.



constitutivos das FARC que permitam compreender algumas características constitutivas do conflito armado regular. Examinaremos o processo de desmobilização e desarme, exibindo suas particularidades, para, finalmente, analisar suas implicações sobre a correlação de forças e as lógicas de criminalidade presentes no “pós-conflito”.

As últimas três gerações de colombianos presenciaram, testemunharam e/ou protagonizaram – de uma forma ou de outra – a mutação da guerra na Colômbia: a violência bipartidista dos anos 1950; a guerra entre guerrilhas e o Estado nos anos 1970 e 1980; a violência do narcotráfico nos anos 1990 e a confrontação entre facções guerrilheiras, corpos de segurança do Estado, gangues criminosas, paramilitares e narcotraficantes que hoje se dilata na disputa pelo estabelecimento de influência territorial.

A constante, do século XIX até nossos dias, tem sido a desapropriação de populações inteiras, desaparecidas no desespero e no desamparo. Três séculos de violência incorporam o exílio de um povo a seus costumes e tradições, impossibilitado de sua própria memória, em uma erradicação feita cotidianamente. Não à toa o país que expressa o maior deslocamento interno do planeta mantém, ao seu turno, a maior desigualdade no acesso à terra da América Latina.

Conforme desenvolvido por Rochlin (2011), disputas locais ferozes e o confronto entre liberais e conservadores durante os anos 1800 resultaram na maior guerra civil da América Latina no período (a Guerra dos 1000 Dias, que durou de 1899 a 1902). Entre 80.000 e 200.000 colombianos perderam a vida durante esse conflito. Essa prova exaustiva apareceu para esvaziar a propensão do país para a violência até que outra rodada de carnificina foi lentamente fervendo com La Violencia durante o período de 1948-1958. Pelo menos 200.000 colombianos perderam a vida no concurso final entre Liberais e Conservadores. Com La Violencia por trás disso, a Colômbia, durante a década de 1960, continuou a testemunhar a maior taxa de mortes violentas do mundo (p. 717). Entre 1958 e 2010, cerca de 220.000 pessoas foram mortas (80% eram civis) e outros 5,7 milhões foram deslocados internamente (CNMH, 2013).

A expectativa por uma redução significativa nos níveis de violência após uma negociação é razoável, pois tal processo supõe o estabelecimento, em comum acordo, de normas e instituições que permitam elucidar e mediar conflitos sociais, eliminando o jogo de soma zero imposto pela guerra.

A Colômbia, vista do telescópio, parecia confirmar essa derivação lógica, expressando reduções esmagadoras no deslocamento forçado, no número de sequestros, no número de vítimas de minas antipessoais e, em geral, em assassinatos de civis e (ex)combatentes. Um panorama pomposo que prenuncia um futuro de luzes, embora, e visto desde o microscópio, possa ocultar em suas entranhas a escuridão. Estudos empíricos na análise de conflitos internacionais de longo prazo desencadearam os alarmes (EINSIEDEL et al, 2017; NASI, 2006; FORMAN; PATRICK, 2000). Eles apontam para a fragilidade de sustentação de uma paz negociada, devido ao ressurgimento da violência após uma falta de jeito, incompetência ou vontade política na sua implementação. Foi o caso de El Salvador. Após cinco anos da assinatura dos acordos entre o governo salvadorenho e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), alcançados em 1993, o país apresentou os níveis mais altos de violência no hemisfério⁵. Este é um perigo plausível para o caso colombiano?

As FARC em guerra e o vazio na paz

O conflito armado colombiano, como o conhecemos atualmente, apresenta uma transição de “guerrilha sem guerra” a uma “com guerra”, no qual o ano de 1978 é apresentado por diversos autores como o ponto de inflexão. Essa mesma época marca o apogeu da economia da coca, à que as FARC se abrem amplamente em meados dos anos oitenta (sendo sua principal fonte de financiamento, ainda que acompanhada por sequestros, chantagens e extorsões).

⁵ Estudo do BID e da *Organización Panamericana de la Salud: Central American Report* (1997:8).

Os líderes das FARC eram conscientes de que o desfrute ostentoso de rendas debilitava a unidade da guerrilha e sua capacidade combativa, em função do que a cúpula militar estabeleceu coações normativas e burocráticas a seus militantes. Viviam sem rendas (ordinárias ou extraordinárias), sem usufruto de botins, sem vida familiar e sem esperanças reais de escapar da guerra, comprometidos com uma militância vitalícia, unicamente escapável através da morte. No entanto, os membros das FARC lutavam com grande brio exibindo em combate tanto destreza quanto motivação contra oponentes dotados de melhores meios técnicos. Quando estavam na defensiva, não se abalavam, e as deserções permaneceram sempre baixas (GUTIERREZ, 2004).

Ainda que o narcotráfico tenha permitido a reprodução do conflito armado e a sustentabilidade financeira das FARC como organização guerrilheira, não ofereceu, em momento algum, um estilo de vida ostentoso a seus membros, debilitando-se como possível atrativo de incorporação. Existem diversas lógicas explicativas para a incorporação à guerrilha (afinidade ideológica, vingança, sobrevivência, laços familiares etc.), mas os incentivos econômicos mostram-se distorcidos, pois não conseguem responder ao fato das FARC permanecerem unidas e coesas por mais de meio século.

Os pontos anteriores exibem um caráter organizativo da guerrilha conhecido por poucos, dissonante da imagem por tantos anos promovida através de poderosos meios nacionais e internacionais que desenharam a insurgência como organização terrorista, nitidamente delinquente, cuja expansão espaço-temporal encontrava coerência explicativa unicamente através do narcotráfico.

As FARC, pelo contrário, mantiveram uma férrea estrutura hierárquica, com controle estável de comando, presença permanente em 25 dos 32 departamentos a nível nacional e capacidade de implementação de Direito Internacional Humanitário comparável (e, às vezes, superior) ao do Estado Colombiano. Exemplo disso foram os cessar-fogos unilaterais, decretados pela cúpula das FARC, expressando, segundo o *Centro de Recursos para el Análisis de Conflictos (CERAC)*, um cumprimento de 95%. Esta condição lhes permitiu exercer controle em suas zonas de influência, gerando, em certo grau, estabilidade territorial.

Previamente ao acordo de paz, as FARC contavam com 11.816 integrantes, entre combatentes, militantes presos e milicianos não armados. Após a assinatura do acordo a guerrilha desmobilizou 6.800 guerrilheiros, desmantelando sua rede de milícias e entregando um total de 8.994 artefatos bélicos nas mãos da ONU, incluindo armamento de ponta, como metralhadoras Browning .50, AK 47 e morteiros de tipo industrial, dando uma média de 1,3 armas por combatente⁶.

Para estabelecer uma comparação, para o processo de desmobilização do paramilitarismo, entre os anos de 2003 e 2006, sob o comando de Álvaro Uribe Vélez⁷, se dirigiram 30.000 paramilitares, fazendo-se a entrega de 18.000 armas, dando uma média de 0,6 arma por combatente. Na Guatemala (1997) a relação armas/combattente foi de 0,55; em El Salvador (1993), de 0,32; no Kosovo (1999, 2001, 2003), de 0,57; no Nepal (2006), apenas 0,1. As FARC os excedem muito.

Por outro lado, todo modelo exitoso de desarmamento e desmobilização internacional supõe a existência de uma dissidência considerada “normal”, que oscila entre 10 e 15%. Estima-se que o número de dissidentes das FARC – alguns dos quais ainda continuam ativos e em combate – esteja entre os 800 e os 1.200 combatentes, supondo de 6 a 10% do total de integrantes (que, no caso dos paramilitares, foi de 22%)⁸.

A saída de um ator armado de tal envergadura gera um vazio de autoridade territorial não menor. As FARC funcionaram por décadas e em múltiplas regiões do país como sistema de regulação sobre mercados lícitos e ilícitos, ao redor do qual se moviam outros agentes. Mediavam as relações sociais daqueles lugares nos quais as instituições persistem ausentes e silenciosas. Às vezes, desafiando o *status quo*, em outras, sustentando-o.

Se 1978 marcou uma transição importante no conflito armado (de uma “guerrilha sem guerra” a uma “com guerra”), 2017 marca uma viragem em direção a uma “guerra sem guerrilha”, gerando uma vacância de comando e autoridade sobre população,

⁶ Cifras do *Centro de Memoria, Paz y Reconciliación (CMPR)*.

⁷ N.T.: Álvaro Uribe Vélez foi presidente da Colômbia entre 2002 e 2010.

⁸ Ver o informe da *Fundación Ideas para la Paz: Trayectorias y dinámicas territoriales de las disidencias de las FARC* (2018), disponível em: http://ideaspaz.org/media/website/FIP_Disidencias_Final.pdf

recursos e território que – na omissão do Estado – passam a ser disputados por diversos atores, constituídos, em sua maioria, por e para o narcotráfico – o único dos quais com caráter claramente político é o *Ejército de Liberación Nacional (ELN)*.

As intermitências da morte

Sem exceção, todo aquele que, após desafiar as elites políticas e econômicas, aceitou uma anistia com o Estado Colombiano, pagou uma custosa cota de sangue. Desde o legendário bandoleiro liberal Guadalupe Salcedo – cuja morte, talvez, tenha significado para García Márquez um dos detonadores que propiciaram a continuidade da violência em seu tempo –, passando pelo genocídio da *Unión Patriótica (UP)*⁹ – com mais de três mil membros sistematicamente assassinados –, até o último dos comandantes da guerrilha “M-19”, Carlos Pizarro Leongómez.

De fato, muita água correu debaixo da ponte, mas alguns dos problemas da Colômbia continuam os mesmos. Pelo menos 132 ex-combatentes das FARC e 35 de seus familiares foram mortos desde a assinatura do acordo (INDEPAZ, 2019). Valencia (2017) fornece duas lógicas explicativas principais para os assassinatos de ex-membros da guerrilha. Por um lado, a situação de indefensabilidade em que os membros das FARC se encontram após o abandono das armas é vista por seus inimigos como a oportunidade de acertar contas. Por outro lado, paralelamente ao abandono das armas das FARC, houve um aumento nas ações de organizações criminosas – tanto de organizações emergentes como das já existentes – nas áreas onde a guerrilha operava, o que tem levado alguns ex-combatentes a engrossar as fileiras dos cartéis criminosos. Em todo caso, ambos remetem à escassa implementação dos acordos e às garantias e salvaguardas assumidas pelo Estado colombiano.

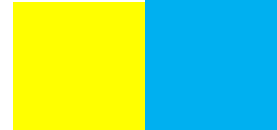
Embora previsível tendo em conta o contexto histórico, o assassinato de membros das FARC junta-se às ferozes tendências de violência que encarnam o chamado “pós-

⁹ N.T.: Partido político de esquerda fundado em 1985 como parte da proposta de paz das FARC a outros grupos guerrilheiros e ao Estado colombiano.

conflito". Se o início de 2017 apontava para uma redução da violência, 2018 marca o ritmo da tendência inversa. O número de vítimas de deslocamento forçado aumentou em 48%; as vítimas de confinamento por disputa de atores armados também apresentaram uma escalada abrupta de 93%; minas antipessoais aumentaram 68% em comparação com 2017 (FIP, 2019). Dentre as dinâmicas mencionadas, destaca-se uma forma de vitimização direcionada, centrada no assassinato sistêmico e a perseguição dos líderes sociais em todo o território nacional. Nesse contexto, os líderes sociais referem-se principalmente a: i) líderes associados a atividades contra economias ilícitas e à defesa do meio ambiente; ii) líderes que promovem a defesa dos direitos das vítimas do conflito armado na recuperação de terras, restituição de seus direitos e luta pela verdade; e iii) aqueles que têm perspectivas de participação política (VALENCIA, 2017).

Desde a assinatura dos Acordos de Paz, mais de 702 líderes regionais foram assassinados em 28 dos 32 Departamentos Administrativos da Colômbia (o pico mais grosseiro encontra-se no ano dec2018) (INDEPAZ, 2019, p. 9). Desses casos, 499 dos líderes assassinados faziam parte de organizações camponesas, comunidades indígenas e afrodescendentes, ambientalistas e lutas comunitárias por terra, território e recursos naturais (representando 71,08% do total dos homicídios) (INDEPAZ, 2019, p. 24).

A imensa maioria de assassinatos dos líderes – da mesma forma que de ex-combatentes da guerrilha – tem tido lugar em zonas de influência histórica das FARC, com elevados níveis de pobreza e ausência do Estado colombiano. A desmobilização guerrilheira, como novo deslocamento social, alterou a realidade fundamental da guerra, promovendo o espaço para as comunidades organizarem e promoverem processos locais de ação coletiva. Com efeito, "os deslocamentos sociais podem levar à construção de novas vontades coletivas e forças políticas, que podem unir diferentes agentes que podem provocar ou paralisar a mudança social" (HOWARTH, 2013, p. 162), lançando as comunidades em novos empreendimentos coletivos. Paralelamente, o Estado procedeu com especial dificuldade e indolência, criando o espaço perfeito para uma disputa entre proprietários de terras locais, facções criminosas (muitas derivadas de grupos paramilitares) e antigos associados das FARC que buscam impor a obediência e a



consolidação da autoridade através de assassinatos seletivos, onde as comunidades recém organizadas e suas formas de liderança (individual ou coletiva) significam o seu principal alvo.

As disputas – motivadas por cultivos de coca, provedores, comerciantes e/ou corretores do tráfico – concentram-se nos departamentos de Meta e Guaviare, com suas saídas fluviais até o Amazonas (pelo eixo Miraflores-Vaupés) e Venezuela (por Guainía e Vichada), e o rearranjo na costa pacífica de Nariño e Cauca. Ao sul de Nariño, zona fronteiriça com o Equador, encontra-se um dos principais municípios desta nova disputa criminal, chave para entender as novas dinâmicas de violência: Tumaco.

Na região de Tumaco, onde as FARC tinham uma presença permanente, existem atualmente cerca de doze estruturas criminosas em funcionamento. As mais conhecidas são as "Guerrilhas Unidas do Pacífico", o "Grupo Nova Ordem", mercenários de alguns cartéis mexicanos e o chamado "Clã do Golfo", sendo este último a maior e mais poderosa estrutura criminosa do território colombiano, composta por mais de 3.500 homens que atualmente controlam a maior parte do tráfico de drogas no país (VALENCIA, 2017). Conforme elaborado pelo Informe Especial para Cauca e Nariño de INDEPAZ (2018, p. 5):

O quadro completo deste capítulo [de Tumaco] é tirado com o mapa dos recursos naturais em disputa e as características dos novos grupos armados que buscam sua parcela de poder e renda. Esses grupos residuais ou emergentes, assim como os narco-paramilitares, embora ocasionalmente enfrentando os guerrilheiros remanescentes (ELN), não se organizaram para a contra insurgência ou para serem instrumentos de uma estratégia de segurança do Estado, como aconteceu no passado: são grupos configurados para coletar renda de negócios ilegais ou segurança privada violenta.

Essas organizações criminosas entram na disputa pelo controle dos cultivos de coca, significando um aumento expressivo em sua extensão - a Tumaco, que passou de 19.000 hectares, em 2017, para quase 25.000 hectares, em 2018, constitui hoje 16% do território total de cultivos do país (150.000 hectares). Embora as condições em Tumaco

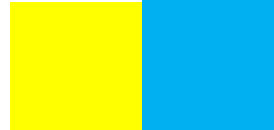
sejam extraordinárias e de natureza emergencial, os indicadores de aumento de assassinatos seletivos, a expansão das plantações de coca e a constante reestruturação de atores armados nessa disputa começam a receber, após 2017, um caráter nacional- a Colômbia praticamente alcançou os mesmos hectares de folha de coca que no pico mais alto das marchas de coca em 1996.

Parecia que o processo de paz carregara consigo sua própria destruição, como uma enfermidade autoimune que não morre, nem mata. Uma certa observação desatenta poderia indicar a presença da folha de coca como causa essencial da reprodução da violência e, portanto, do assassinato de líderes sociais, do atraso e da pobreza nas zonas mais recônditas e esquecidas do país. Porém não é a presença, senão a ausência a responsável deste ciclo interminável.

As zonas de coca não possuem aqueduto, infraestrutura rodoviária, escolas e hospitais. Sem possibilidades de subsistência, a folha de coca se torna um meio precário de subsistência para as comunidades mais vulneráveis. O *Programa Nacional Integral de Sustitución de Cultivos de Uso Ilícito (PNIS)* caminha de forma lenta, e os planos de desenvolvimento territorial, estipulados no Acordo de Reforma Rural Integral não abordam as áreas mais críticas.

A volta das elites conservadoras mais explicitamente associadas aos paramilitares levou, após a vitória presidencial de Iván Duque, a um desmembramento gradual do acordo de paz na eliminação de alguns dos seus temas mais sensíveis. À medida que os cultivos de coca se espalham e a vulnerabilidade das comunidades aumenta, o governo optou por suspender a substituição dos cultivos ilícitos (como estipulado nos acordos), voltando a uma velha fórmula - notoriamente ineficaz - constituída pela criminalização da produção (e dos produtores) e a fumigação dos campos com glifosato, afetando os camponeses em maior medida do que os próprios cultivos ilícitos.

As garantias no processo de verdade, justiça e reparação também foram eliminadas, buscando penas maiores para ex-guerrilheiros e forçando a extradição de suas cabeças mais visíveis por meio de falsas acusações - como revelou o caso do porta-voz das FARC, Seuxis Pausias Hernández Solarte (nome de guerra José Santrich) - e oferecendo



tristes incentivos para que ex-combatentes retornem à vida clandestina, muitos dos quais hoje colocam seus conhecimentos em combate a serviço das novas estruturas do crime organizado que ocupam as áreas históricas de influência das FARC.

A ausência do caráter social do Estado constitui uma lógica intrínseca na reprodução das causas subjacentes à violência política (a partir da estrutura hegemônica da elite), que agora estão associadas ao desrespeito deliberado dos acordos negociados, agravado pelo vácuo gerado após a desmobilização das FARC. Em suma, este cenário garante que os traficantes e as elites locais manterão o seu controle sobre as comunidades locais, sustentando as condições que reproduziram continuamente a violência, além de promover a propagação de uma nova forma de conflito armado, muito mais focada e criminalizada que as anteriores. Como o furacão bíblico, impaciente, cheio de vozes do passado e murmúrios de antigos gerânios, cuja raiva transformou Macondo em um redemoinho de poeira e escombros, o *status quo* da Colômbia permanece preso em eventos recorrentes, perpetuados em uma persistente nostalgia que talvez possa se estender a mais de cem anos de solidão.

Referências

ARENAS, J. 1967. **Diario de la Resistencia de Marquetalia**. Disponível em: < http://www.farcep.co/pdf/Diario_Marquetalia.pdf >. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

CNMH, Centro Nacional de Memoria Histórica. **¡Basta ya! Colombia: Memorias de guerra y dignidad**. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, 2013. Disponível em: < <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-colombia-memorias-de-guerra-y-dignidad-2016.pdf> >. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

EINSIEDEL, S. von et al. **Civil War Trends and the Changing Nature of Armed Conflict**. Tokyo: UNU-CPR, 2017. Occasional Paper 10. Disponível em: < https://collections.unu.edu/eserv/UNU:6156/Civil_war_trends_UPDATED.pdf >. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

FIP, Fundación Ideas para la Paz. Dinámicas de la confrontación armada y afectación humanitaria: Balance primer semestre 2019. Infográfico disponível em: <

<http://ideaspaz.org/especiales/infografias/confrontaciones.html> >. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

FORMAN, S; PATRICK, S. **Good Intentions: Pledges of Aid for Postconflict Recovery**. London: Lynne Rienner Publishers, 2000.

GUTIERREZ, F. Criminal Rebels? A Discussion of Civil War and Criminality from the Colombian Experience In **Politics and Society**, jun. 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1177/0032329204263074> >. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

HOWARTH, D. **Poststructuralism and After. Structure, Subjectivity and Power**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

INDEPAZ. **Todos los hombres, todos los rostros: informe de derechos humanos sobre la situación de líderes/as y defensores de derechos humanos em los territorios**. Separata de Actualización, 23 de mayo de 2019. Disponível em: < <http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2019/05/SEPARATA-DE-ACTUALIZACION%CC%81N-mayo-Informe-Todas-las-vozes-todos-los-rostros.-23-mayo-de-2019-ok.pdf> >. Acesso em: 12 de jul. de 2019.

MÁRQUEZ, G. G. **One Hundred Years of Solitude**. New York: Avon Books, 1967.

NASI, C. Spoilers in Colombia: Actors and Strategies. In NEWMANN, E.; RICHMOND, O. (eds.). **Challenges to Peacebuilding: Managing Spoilers During Conflict Resolution**. Tokyo: United Nations University Press, 2006.

ROCHLIN, J. Plan Colombia and the revolution in military affairs: the demise of the FARC In *Review of International Studies*, 37, 2011, p.715–740.

UNAL. Caracterización comunidad FARC-EP. Resultados generales, 2017. Disponível em: < https://www.elespectador.com/sites/default/files/pdf-file/presentacion_rueda_de_prensa_julio_6_2017.pdf >. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

VALENCIA, L. **Terminó la guerra, el postconflicto está en riesgo: a un año del acuerdo de paz**. Buenos Aires: CLACSO; Bogotá: Fundación Paz & Reconciliación, 2017.